



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO IX — N.º 179

CAPITAL FEDERAL

TERÇA FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1954.

SENADO FEDERAL

Relação das Comissões

Diretora

Presidente — Marcondes Filho.
1.º Secretário — Alfredo Neves.
2.º Secretário — Vespasiano Martins.
3.º Secretário — Francisco Gallotti.
4.º Secretário — Ezechias da Rocha.
1.º Suplente — Prisco dos Santos.
2.º Suplente — Costa Pereira.
Secretário — Luis Namuco, Diretor Geral da Secretaria do Senado.

Comissões Permanentes

Economia

Pereira Pinto — *Presidente*.
Landulpho Alves — *Vice-Presidente*.
1.º — Sá Tinoco. (**)
2.º — Julio Leite.
3.º — Costa Pereira.
4.º — Plínio Pompeu.
5.º — Euclydes Vieira. (****)
 (*) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.
 (**) Substituído pelo Senador Nestor Massena.
 (***) Substituído pelo Senador Mozart Lago.

Educação e Cultura

1 — Flavio Guimarães — *Presidente*.
2 — Cicero de Vasconcelos — *Vice-Presidente*.
3 — Arêa Leão.
4 — Hamilton Nogueira.
5 — Levindo Coelho.
6 — Bernardes Filho.
7 — Euclydes Vieira.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
 Reuniões — As quintas-feiras, às 15 horas.

Finanças

1 — Ivo d'Aquino — *Presidente*.
2 — Ismar de Góis — *Vice-Presidente*. (*)
3 — Alberto Pasqualini. (**)
4 — Alvaro Adolpho. (***)
5 — Apolônio Sales.
6 — Carlos Lindenberg. (****)
7 — Cesar Vergueiro.
8 — Domingos Velasco. (*****)
9 — Durval Cruz.
10 — Euclydes Vieira.
11 — Ferreira de Souza. (*****)
12 — Mathias Olympio. (*****)
13 — Pinto Aleixo. (*****)
14 — Plínio Pompeu. (*****)
15 — Veloso Borges.

16 — Victorino Freire. (*****)
17 — Walter Franco. (*****)
 (*) Substituído pelo Senador Espiridião de Farias.
 (**) Substituído pelo Senador Gomes de Oliveira.
 (***) Substituído pelo Senador Martiniano Fernandes.
 (****) Substituído pelo Senador Cicero de Vasconcelos.
 (*****) Substituído pelo Senador Costa Paranhos.
 (*****) Substituído pelo Senador Silvio Curvo.
 (*****) Substituído pelo Senador Guilherme Malaquias.
 (*****) Substituído pelo Senador Nestor Massena.
 (*****) Substituído pelo Senador Thomaz Rodrigues.
 (*****) Substituído pelo Senador Joaquim Pires.
Secretário — Evandro Vianna, Diretor de Orçamento.
 Reuniões às quartas e sextas-feiras às 15 horas.

Constituição e Justiça

Dario Cardoso — *Presidente*.
Aloysio de Carvalho — *Vice-Presidente*.
Anibal Jobim.
Atílio Vivacqua. (*)
Ferreira de Souza. (**)
Gomes de Oliveira.
Flávio Guimarães. (***).
Joaquim Pires.
Luiz Tinoco. (****)
Nestor Massena.
Olavo Oliveira. (*****)
 (*) Substituído pelo Sr. Bernardes Filho.
 (**) Substituído pelo Sr. Othon Mäder.
 (***) Substituído pelo Sr. Cicero de Vasconcelos.
 (****) Substituído pelo Sr. Ivo d'Aquino.
 (*****) Substituído pelo Sr. Mozart Lago.
Secretário — Luiz Carlos Vieira da Fonseca.
Auxiliar — Marília Pinto Amando.
 Reuniões — Quartas-feiras, às 9,30 horas.

Legislação Social

1 — Gomes de Oliveira — *Presidente*.
2 — Luis Tinoco — *Vice-Presidente*.
3 — Hamilton Nogueira.
4 — Rui Carneiro.
5 — Othon Mäder.
6 — Kerginaldo Cavalcanti.
7 — Cicero de Vasconcelos.

Secretário — Pedro de Carvalho Muller.
Auxiliar — Carmen Lúcia de Holanda Cavalcanti.
 Reuniões às segundas-feiras às 16,30 horas.

Relações Exteriores

1 — Georgino Avelino — *Presidente*.
2 — Hamilton Nogueira — *Vice-Presidente*.
3 — Novaes Filho.
4 — Bernardes Filho.
5 — Djair Brindeiro. (**)
6 — Mathias Olympio. (***)
7 — Assis Chateaubriand. (****)
8 — João Villasboas. (*****)
 (*) Substituído interinamente pelo Senador Apolônio Sales.
 (**) Substituído interinamente pelo Senador Guilherme Malaquias.
 (***) Substituído interinamente pelo Senador Cicero de Vasconcelos.
 (****) Substituído interinamente pelo Senador Silvio Curvo.
Secretário — Italina Cruz Alves.
 Reuniões — Segundas-feiras, às 16 horas e 30 minutos.

Redação

1 — Joaquim Pires — *Presidente*.
2 — Waidemar Pedrosa — *Vice-Presidente*.
3 — Aloysio de Carvalho.
4 — Carvalho Guimarães.
5 — Costa Pereira.
Secretário — Cecília de Rezende Martins.
Auxiliar — Nathercia Sá Leitão.
 Reuniões às quartas-feiras, às 15 horas.

Saúde Pública

Levindo Coelho — *Presidente*.
Alfredo Simch — *Vice-Presidente*.
Prisco dos Santos.
Vivaldo Lima.
Secretário — Aurea de Barros Rêgo.
 Reuniões às quintas-feiras, às 16 horas.

Serviço Público Civil

1 — Prisco dos Santos — *Presidente*.
2 — Luiz Tinoco — *Vice-Presidente*.
3 — Nestor Massena.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Djair Brindeiro.

6 — Mozart Lago.
7 — Julio Leite.
Secretária — Julieta Ribeiro dos Santos.
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Transportes, Comunicações e Obras Públicas

Euclydes Vieira — *Presidente*.
Othon Mäder — *Vice-Presidente*.
Alencastio Guimarães.
Othon Mäder.
Antonio Bayma.
Secretário — Francisco Soares Arruda.
 Reuniões às quartas-feiras, às 16 horas.

Segurança Nacional

1 — Pinto Aleixo — *Presidente*.
2 — Othon Mäder — *Vice-Presidente*.
3 — Maxilhões Barata.
4 — Ismar de Góis.
5 — Silvio Curvo.
6 — Walter Franco.
7 — Roberto Glasser.
Secretário — Ary Kerner Velga de Castro.
 Reuniões às segundas-feiras.

Comissões Especiais

Para emitir parecer sobre o Projeto de Reforma Constitucional n.º 2, de 1949

Aloysio de Carvalho — *Presidente*.
Dario Cardoso.
Francisco Gallotti.
Camilo Mercio.
Carlos Lindenberg.
Antonio Bayma.
Bernardes Filho.
Olavo Oliveira.
Domingos Velasco.
João Villasboas.

Comissão Especial de Revisão da Consolidação das Leis de Trabalho

Luiz Tinoco — *Presidente*.
Gomes de Oliveira — *Vice-Presidente e Relator Geral*.
Othon Mäder.
Rui Carneiro.
Kerginaldo Cavalcanti.
Secretário — Italina Cruz Alves.

Parlamentar de Inquérito sobre o cimento

Francisco Cudotti — Presidente.
Mozart Lago — Vice-Presidente.
Julio Leite.
Landulpho Alves.
Mario Motta.
Secretário — Lauro Portella.

De Reforma do Código de Processo Civil

João Villasboas — Presidente.
Atílio Vivacqua — Vice-Presidente.
Dario Jatoba — Relator.
Secretário — José da Silva Lisboa.
Aurador — Carmen Lucia de Azevedo Cavalcanti.
Reuniões a sextas-feiras, às 16 horas.

Para estudo da concessão dos Direitos Civis a Mulher Brasileira

Mozart Lago — Presidente.
Alvaro Aguiar — Vice-Presidente.
João Villasboas.
Gomes de Oliveira.
Atílio Vivacqua.
Domingos Velasco.
Victorino Freire.

De Inquérito sobre os Jogos de Azar

1 — Ismar de Góes — Presidente.
2 — Prisco dos Santos — Vice-Presidente.
3 — Kerginaldo Cavalcanti — Relator Geral.
4 — Vivaldo Lima.
5 — Novais Filho.
Secretário — J. A. Ravasco de Andrade.

De Revisão do Código Comercial

1 — Alexandre Marcondes Filho — Presidente.
2 — Ferreira de Souza — Relator Geral.
3 — Ivo d'Aquino.
4 — Atílio Vivacqua.
5 — Victorino Freire.
Secretário — João Alfredo Ravasco de Andrade.

136.ª SESSÃO EM 19 DE OUTUBRO DE 1954

Oradores inscritos para o Expediente

1.º Sen. Guilherme Malaquias.
2.º Sen. Vivaldo Lima.
3.º Sen. Assis Chateaubriand.
4.º Sen. Onofre Gomes.
5.º Sen. Gomes de Oliveira.
6.º Sen. Othon Mader.
7.º Sen. Domingos Velasco.
8.º Sen. João Villasboas.

ATA DA 135.ª SESSÃO EM 18 DE OUTUBRO DE 1954

PRÉSIDÊNCIA DO SR. ALFREDO NEVES

AS 14.30 HORAS COMPARECEM OS SENHORES SENADORES:

Vivaldo Lima. — Waldemar Pedroza. — Anísio Jobim. — Prisco dos Santos. — Antônio Bayma. — Carvalho Guimarães. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Plínio Pompeu. — Kerginaldo Cavalcanti. — Ferreira de Souza. — Ruy Carneiro. — Veloso Borges. — Novais Filho. — Djair Brindeiro. — Ezequias da Rocha. — Cicero de Vasconcelos. — Júlio Leite. — Durval Cruz. — Aloysio de Carvalho. — Pinto Aleixo. — Luis Tinoco. — Sá Tinoco. — Alfredo Ne-

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL

ALBERTO DE ERITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONARIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,00	Semestre	Cr\$ 39,00
Ano	Cr\$ 98,00	Ano	Cr\$ 76,00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 136,00	Ano	Cr\$ 108,00

— Exceções para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo de número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

res. — Pereira Pinto. — Guilherme Malaquias. — Hamilton Nogueira. — Mozart Lago. — Bernardes Filho. — Nestor Massena. — Domingos Velasco. — Costa Pereira. — Silvino Curvo. — João Villasboas. — Othon Mader. — Gomes de Oliveira. — Ivo d'Aquino. — Francisco Gallotti. — Alfredo Simch. — (39).

DEIXAM DE COMPARECER OS SENHORES SENADORES:

Alvaro Adolpho. — Magalhães Barata. — Victorino Freire. — Arão Leão. — Mathias Olympio. — Olavo Oliveira. — Georgino Avelino. — Assis Chateaubriand. — Apolônio Sales. — Ismar de Góes. — Walter Franco. — Carlos Lindenberg. — Atílio Vivacqua. — Lenildo Coelho. — Cesar Veroneiro. — Marcondes Filho. — Ezequias Vieira. — Dario Cardoso. — Vespasiano Martins. — Flávio Guimarães. — Roberto Gieser. — Alberto Pasqualini. — Camillo Mérico. — (23).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 39 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 4.º SECRETARIO:

(Servindo de 2.º), procede à leitura da ata da sessão anterior que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 3.º SECRETARIO:

(Servindo de 1.º), declara não haver expediente.

O SR. PRESIDENTE:

Vai à Mesa e vão ser lidos dois ofícios dos nobres Senadores Plínio Pompeu e João Villasboas.

São lidos os seguintes

OFÍCIO

Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que nesta data reassumo o exercício do meu mandato de Senador pelo Estado do Ceará, do qual me achava licenciado desde 17 de junho último.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1954. — Plínio Pompeu.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, tendo deliberado desisti do restante da licença em cujo gozo me achava, reassumo hoje o exercício do meu mandato de Senador pelo Estado de Mato Grosso.

Senado Federal, 18 de outubro de 1954. — João Villasboas

O SR. PRESIDENTE:

E' com profunda mágoa que a Mesa cumpre o dever de comunicar ao Senado o falecimento ocorrido na noite de 16 deste mês, do Sr. Senador Landulpho Alves.

Desde 1951 vinha Sua Excelência representando nesta Casa o Estado da Bahia, integrando a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro.

De sua atuação no Senado, quer no plenário, proferindo substanciais discursos sobre problemas do maior interesse para o país sobretudo no campo da economia e, mais particularmente, no da exploração do petróleo nacional, quer nas Comissões de que fazia parte, prolatando pareceres que são outros tantos documentos que ficam a atestar a sua cultura e o seu patriotismo guardam todos os Srs. Senadores viva memória.

Será, sem dúvida, profundamente sentida a sua falta.

Logo que teve conhecimento da sua morte, a Mesa tomou as providências a seu cargo, determinando que sobre o seu ataúde fossem depositadas coroas de flores como homenagem do Senado

e da Mesa e designou os Srs. Senadores Nestor Massena, Gomes de Oliveira e Aloysio de Carvalho para representarem o Senado nos funerais.

Cumprindo determinação regimental, a Mesa propõe ao Senado o levantamento da presente sessão, como sinal de pesar pelo desaparecimento do digno representante da Bahia.

Antes, porém, dar a palavra aos nobres Senadores que desejarem ocupar-se da personalidade do eminente colega que acaba de desaparecer. (Pausa).

Sobre a mesa Requerimento de autoria do nobre Senador Aloysio de Carvalho e outros Senhores Senadores.

E' lido o seguinte

Requerimento n.º 464, de 1954

Nos termos dos arts. 123, parágrafo único, e 124, do Regimento interno, requeremos sejam pelo Senado prestadas as seguintes homenagens à memória do eminente Senador Landulpho Alves, falecido na noite de 16 do corrente:

a) inserção em ata, de uma voto de profundo pesar pelo seu falecimento;
b) apresentação de pesames Círculo e ao Governo do Estado da Bahia;

c) levantamento da presente sessão.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 1954. — Aloysio de Carvalho. — Julio Leite. — Anísio Jobim. — Guilherme Malaquias. — Alfredo Simch. — Joaquim Pires. — Onofre Gomes. — Nestor Massena. — Costa Pereira. — Plínio Pompeu. — Kerginaldo Cavalcanti. — Vivaldo Lima. — Gomes de Oliveira. — Francisco Gallotti. — Domingos Velasco. — Pinto Aleixo. — Ezequias da Rocha. — Ferreira de Souza. — Novais Filho. — Djair Brindeiro. — Waldemar Pedrosa. — Ruy Carneiro. — Alfredo Neves. — Antônio Bayma. — Bernardes Filho. — Othon Mader. — Cicero de Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o Requerimento. (Pausa).

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO:

(Para encaminhar a votação) — Senhor Presidente, e com sincera mágoa que vemos vazio o lugar que ocupava, nestas bancadas, há quatro anos, o Senador Landulpho Alves, representante do meu Estado, falecido anteontem.

A vida desse baiano de boa temperança se definiu através de duas fases distintas: a do técnico, voltado inteiramente para os estudos e os problemas da Produção, sobretudo da Produção Animal, e a do político, investido, de súbito, na Interventoria federal da Bahia, e, por último, no mandato de Senador, em que a morte agora o colhe.

Nascido entre a capital e o sertão, nas belas paragens de Santo Antônio de Jesus, portas do Recôncavo para as terras fertilíssimas do sudoeste, que tinham por ali o seu exclusivo canino. Landulpho Alves escolheu a profissão de agrônomo, num tempo em que isso significava, na Bahia, conformar-se o adolescente com uma vida quase conventual, não tanto pelo desconforto das instalações materiais da Escola Agrícola em São Bento das Lages, mas pela precariedade da comunicação entre essa localidade e Salvador, embora não distanciadíssima.

Sua aspirações, entretanto, não se cingiram à posse de um diploma. Concluído o curso, no seu Estado, demandou o sul do país, inscrevendo-se num curso especializado de zootecnia no posto de Pinheiros, onde se distinguiu

por tamanhas provas de merecer a honraria que recebe um prêmio de viagem aos Estados Unidos. Ali, diante da experiência estrangeira, enamorado da terra brasileira, o jovem pianista aprofundou os estudos, praticou em cursos universitários, para voltar à sua Pátria dentro dos mesmos propósitos de servir à prosperidade econômica do Brasil.

Tornou-se, no círculo de sua especialidade, um nome considerado e respeitado em todo o País.

Em 1928 ocupava as altas funções de Diretor do Departamento de Produção Animal, quando o Governo da União o nomeou interventor federal na Bahia. Grande parte da opinião pública do meu Estado recebeu com interesse a escolha, talvez porque estivesse a Bahia acostumada à tradição da velha República, quando, com exceção dos primeiros dias de consolidação do regime, só haviam exercido a suprema magistratura do Estado bacharéis em Direito.

Eis, portanto, as complexíssimas atribuições de uma administração geral a cargo de um puro técnico, saído do campo demasiadamente especializado da sua profissão.

O governo de Landulpho Alves, na Bahia, Sr. Presidente, pode ser resumido em dois termos, que bem definem a sua preocupação pelo bem público — produção e transporte. Mas a sua atividade dinâmica, os seus incontestáveis predicados de comando, a sua modestia pessoal, que muitas vezes escondia essas virtudes, para que os auxiliares pudessem trabalhar e executar, tudo fez com que Landulpho Alves realizasse um governo que tocou, por assim dizer, em todos os setores de atividades, embora houvesse deixado uma marca inolvidável no setor da Agricultura e na Viação.

Numa época de ditadura, em que a propaganda política se fazia intensa e vistosa, Landulpho Alves realizou o que bem se poderia chamar o tipo de governo que não aparece, para os aplausos fáceis da multidão; injustiças, equívocos, observações apressadas, um quê de impopularidade, nos últimos dias da sua administração lhe terão dado bem a mostra das amarguras, dos sofrimentos e das decepções que tinha ido colher na política.

O político, porém, não saberia esquecer a condição de técnico: recordando-se, talvez, dos dias do estudante de São Bento das Lages, a sua idéia, a sua mais firme intenção foi construir no Estado uma escola de agronomia, hoje modelar no Brasil, não só pelo equipamento, pelo preparo dos docentes e discentes, como pelas instalações materiais; — um monumento erguido na cidade de Cruz das Almas, à vista de quantos passaram pela estrada de rodagem; ao lado da estrada que o seu mesmo governo abriu pelo reconhecimento, em busca das terras do sudoeste e do sul da Bahia.

Essa Escola de Agronomia bastaria para tornar sempre recordado o Sr. Landulpho Alves; e desejo, para justa apreciação da seriedade com que enfrentava os problemas da administração, lembrar que ao simples enunciado de que se ia fazer uma escola agronomica, muitos pensaram que Landulpho Alves teria as suas vistas logo voltadas para a cidade natal, mas, não atendeu a critérios de ordem local ou pessoal; e indicado, como lugar mais apropriado, Cruz das Almas, parte da grande zona de produção e industrialização do fumo, foi aí que se levantou o soberbo edifício da Escola Agronomica da Bahia.

Suas atenções para com a cultura do povo ficaram assinaladas na multiplicação das escolas de ensino primário em todo o Estado e, sobretudo, por assistência permanente e desvelada a instituições de ensino.

A minha Faculdade de Direito foi objeto dessas atenções quando, ao

completar o cinquentenário da sua existência, recebeu do Governo um reforço de quinhentos mil cruzeiros, para dotação de apólices que possuía. Professores e estudantes, foras a Palácio agradecer-lhe o gesto com que os Poderes Públicos comemoravam gloriosa efeméride cultural. Landulpho Alves, ao assinar, diante desse auditório reconhecido, e dos seus auxiliares de governo, o ato da dotação, parecia cumprir iniciativa muito menos sua, que de todos que ali se encontravam.

Em seu governo que se cria, na Bahia, a Faculdade de Filosofia e Letras, permitindo que, alguns anos depois, pudessemos ter a nossa Universidade, integrada com essa importante unidade.

Além de criar a Faculdade de Filosofia, o governo deu-lhe o edifício em que hoje se encontra, deu-lhe as primeiras instalações, organizou-lhe, com alto critério, o seu corpo docente.

Encontrando em construção, na capital, o Grupo Escolar Duque de Caxias, na Estrada da Liberdade — zona de residência do operariado da Cidade, na sua maior parte — e também em construção o Instituto Normal, no bairro do Barbalho, lembrou o Governo em terminar as duas obras, proporcionando-lhes quanto pôde de assistência constante.

Ainda a Academia de Letras da Bahia mereceu do Sr. Landulpho Alves o importante serviço da doação de um prédio para a sua sede.

São, portanto, no campo cultural, serviços que ficam, a revelar, como realmente revelam, a atividade dinâmica do governante, projetando-se sobre vários setores da administração pública.

Mas, Sr. Presidente, sempre que houvermos de falar em administração da Bahia teremos que referir os trabalhos do Governo Landulpho Alves, nas pastas da Agricultura e da Viação. Neste último departamento, realizou a sua gestão o primeiro plano sistemático rodoviário do Estado — plano cuidadoso, racional, inteligente, destinado a proporcionar a produção em todo ponto onde existisse, para conduzi-la, prontamente, aos seus mercados de consumo e à Capital.

Salvador, a capital da Bahia, vivia, então, isolada do centro do cacau, por comunicação que não fôsse a marítima. O Governo Landulpho Alves estendeu uma ligação rodoviária desde a linha tronco Bahia-Feira de Santana, buscando, por terras que até então não tinham ouvido o ronco de um motor de veículo, buscando o sudoeste, e descendo, daí, para a região de cacau, até Itabuna e Ilhéus. Essa estrada, Sr. Presidente, que está fazendo surgir, à sua margem, núcleos de produção e de trabalho, e que já percorri em grande parte, fará sempre lembrar o nome de Landulpho Alves. Os resultados admiráveis dessa ligação rodoviária com o sul do Estado a economia baiana os está sentindo, diariamente, bem como da ligação das cidades de Conquista e Ilhéus, permitindo, portanto, que a produção do sudoeste possa encontrar na orla marítima do sul do Estado o seu escoadouro. Quando, dias adiante, efetivarmos o sonho baiano da construção do Porto de Marau, essa estrada será, realmente, outra rodovia tronco, de onde partirão, como já estão partindo, vias de acesso para todo o litoral do sul baiano.

Mas não se limitará a isso Sr. Presidente, as consequências de tão grande empreendimento, porque daí chegaremos, ou por si — melhor dizendo — atingiremos a ligação com os Estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro.

Nos domínios da agricultura, permito-me chamar a atenção dos meus nobres pais para algumas das rea-

lições mais notáveis do Governo Landulpho Alves. Já me referi à Escola Agronomica de Cruz de Almas; devo agora lembrar o Instituto Industrial Feminino Visconde de Mauá, aproveitando o trabalho doméstico, para o aprendizado e a ocupação honesta de moças solteiras, que fazem ali o curso de prendas. Este Instituto Mauá encontrou na parie do Governo Otávio Mangabeira, através da operosa gestão do deputado Nestor Duarte na Secretaria da Agricultura, uma brilhante continuidade de maneira que está hoje em excelentes instalações, num prédio adequado às suas finalidades, e realizando, sem nenhuma dúvida, o plano do aproveitamento de vocações domésticas, uma benemérita tarefa de assistência social.

Sr. Presidente, ainda no setor da agricultura, poderíamos nos referir, entre tantos empreendimentos, à sistematização da cultura do sisal, pela distribuição profusa de mudas aos milhões e o plantio de tres e meio milhões de pés no Município de Soure. Não exagerei afirmando que não houve, na época, na América do Sul, centro maior, nem mais sistematizado, nem mais uniforme, da produção do sisal.

O incentivo à cultura do cacau; a cultura da palma do Nordeste para o forrageamento do gado nas épocas de seca; a abertura de poços tubulares no nordeste, enfim, a proteção à pecuária através de todos os seus tipos, são outras tantas realizações de onde teve o Sr. Landulpho Alves a cooperação da competência e capacidade de outro técnico, o Senhor Joaquim Medeiros.

No setor da Polícia, esse Governo inscreve, em seu abono, a definitiva eliminação do banditismo no nordeste do Estado graças ao combate constante ao mal, que tanto infelicitou as terras do nordeste brasileiro, e tanto desafiou a atividade e a inteligência dos Governos estaduais. Ainda nesse setor assinalou-se o seu Governo por um combate sem tréguas aos jogos proibidos, não só na capital, como no interior do Estado.

Assim, Sr. Presidente, em rápidos traços, quero deixar em provas concretas, a afirmativa de que a atividade dinâmica de Landulpho Alves se refletiu em todos os setores da administração administrativa baiana.

O Sr. Gomes de Oliveira — Permite V. Ex.ª um aparte?

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Pois não.

Sr. Gomes de Oliveira — Em síntese, ouvindo V. Ex.ª discorrer sobre o que foi a ação de Landulpho Alves na vida política da Bahia, vemos que essa ação se refletiu no sentido moral, no sentido intelectual e no sentido econômico de forma realmente surpreendente.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Perfeitamente. Embora nós, baianos, houvésemos esperado e dada as suas habilidades especializadas — que o seu governo se limitasse ao bônus produção e transporte, em que foi certamente notável, o fato é que Landulpho Alves, com as virtudes de comando a que me referi, não descurou das existências e necessidades do Estado, em todos os planos da administração pública.

O Sr. Rui Carneiro — Permite V. Ex.ª um aparte? (Assentimento do orador) — Solidarizo-me com todos os conceitos judiciosos de Vossa Ex.ª relativamente ao eminente companheiro que acaba de desaparecer. Houve V. Ex.ª o combate ao banditismo levado a efeito por Landulpho Alves no Estado da Bahia. Eu, aquela oportunidade, encontrava-me também no Governo do Estado da Paraíba e segui orientação idêntica. Posso, desta forma, pelo que me testemunhou o povo em reconhecimento pela minha ação, imaginar o que foi a ação de Landulpho Alves no extermínio ao

cangacismo, que era na realidade, uma praga tremenda para os Estados.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Efetivamente.

Vê, portanto, V. Ex.ª, Sr. Presidente, a contribuição que o governo Landulpho Alves prestou a solução de um problema que era minos da Bahia do que do nordeste.

O Sr. Rui Carneiro — Muito bem.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — ... e para que precisava encontrar, como encontrou, a colaboração devotada de outros governos, entre os quais o da Paraíba, no momento e o diligente chefe do nosso querido companheiro Senador Rui Carneiro.

O Sr. Rui Carneiro — Muito obrigado a V. Ex.ª.

O SR. ALOYSIO DE CARVALHO — Introduziu Landulpho Alves no seu Estado um sistema interessante de entendimento e de contacto com as populações do interior, abstraindo o aspecto político, e reunindo, em várias regiões, — aquelas que mais se beneficiavam ou distinguiram na produção econômica, — concentrando em que faria ouvida sua palavra de técnico, em estímulo e incentivo à mecanização da lavoura, ao aperfeiçoamento e aprimoramento dos rebanhos, para o que concorreu, decisivamente.

De tais concentrações proibiam todos os interessados. — Não na política, que no momento não existia, — mas nos problemas gerais do Estado.

O sentido, que poderíamos chamar de "interiorista", do seu governo, nos dá e finhosmos experimentado em tão grande alcance, ao tempo do Governador Góes Calmon, nos últimos anos da velha república. A compreensão exata, por conseguinte, de que a prosperidade econômica da Bahia e o seu equilíbrio financeiro têm de ser buscadas nos celeiros inesgotáveis do interior, foi a orientação de Landulpho Alves no seu governo, revelando a sua visão administrativa.

Substituído na Interventoria em 1942, foi candidato ao Senado Federal em 1945, não logrando ser eleito. Concorri, também, a essa eleição, e deixo aqui o meu testemunho pessoal a respeito de Landulpho Alves, como competidor leal. Em 1950, mandou-o a Bahia, para o Senado, onde via encerrar sua carreira política, tão breve.

Nesta Casa, sua colaboração foi relevante na Comissão de Agricultura e depois, na de Economia, estudando os assuntos, proferindo longos e cuidadosos pareceres.

Da sua atuação no plenário temos a lembrança, sobretudo, da viva campanha que travou, nestas bancadas, em favor da tese nacionalista de exploração do petróleo. Quantos então, divergiram da sua orientação consideravam-na, entretanto, absolutamente sincera. E mesmo aqueles conforme a sua idéia podiam ter discordado de certos excessos na sua predicação, mas é evidente que, nenhum dos seus pares — e posso, creio, assim dizer como, afinal, o grande público, — jamais ouviu da que, naquela atuação, estivesse uma profunda e predicada sinceridade de convicções.

Era, realmente, homem firme nos propósitos, um baiano de boa tempera.

Em suma, numa época de tão intensa propaganda política, dentro de um regime de ditadura, em que o prestígio individual predominava sobre o da administração em geral, Landulpho Alves, e realizou, na Bahia, o tipo do governo que não aparece, o tipo do governo, cujas realizações vão ser assinaladas e notadas depois no curso do tempo, quando a prosperidade econômica e a melhoria das condições financeiras forem constatando a boa semente plantada em terra fértil.

Esse governo, portanto, merece, dos baianos, a justificação de credos ou de sentimentos políticos. Desejo, mes-

mo, que o eco dessa justiça seja, no Senado da República, a minha voz, — e de um adversário de idéias políticas, e por nenhuma forma beneficiário no seu governo.

Se a paixão da vida de Landulpho Alves foi o conhecimento e o cultivo da terra brasileira, dentro de normas científicas, é bem que se proclame que o seu governo foi o governo de um senador. Não buscava, por isso mesmo, colher os frutos imediatos das tarefas que ia executando, e executou.

Recebe, porém, à beira do seu túmulo, a homenagem respeitosa dos seus conterrâneos, particularmente daqueles sertanejos por cuja sorte tanto se desvelou. E que ele soube espalhar, semear por toda parte, na terra baiana, exemplos de trabalho e de probidade. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é muito cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Reginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador). — Sr. Presidente, o perfil do extinto Senador Landulpho Alves acaba de ser magistralmente traçado pelo nosso eminente colega Senador Alysio de Carvalho.

Nada mais seria possível dizer desse que, em traços tão fulgurantes, vigorizados por uma inteligência ímpar, S. Ex.^a mostrou à sociedade as qualidades invulgaes desse grande baiano.

Mas, Sr. Presidente, não estaria completa a biografia do ilustre extinto, se, nesta ocasião, a voz dos nacionalistas não se fizesse ouvir, para render a sua derradeira homenagem a aquele que foi, nesta Casa, o capitão o líder, a figura mais eminente a defender os interesses da Nação contra a usurpação do capitalismo internacional.

Neste instante, em que nuvens ameaçadoras se acumulam nos horizontes de nossa Pátria, ameaçada pelas investidas dos que pretendem destruir a "Petrobrás", o passamento de Landulpho Alves deixa um claro prenúncio; porque foram a sua palavra autorizada, o seu conhecimento vasto e a especialização na matéria que, em certo instante, polarizaram as nossas opiniões e nos evitaram sabidamente pelo caminho dos legítimos interesses nacionais.

Quando então, lutávamos, a fim de arrancar ao capitalismo internacional a exploração de petróleo para dá-la ao povo brasileiro, Landulpho Alves jamais deixou de ter uma palavra de confiança e de decisão — decisão que nasceu do fundo do coração animando-nos, encorajando-nos a perseverar no bom sentido da preservação das nossas riquezas minerais, para a prosperidade das gerações de amanhã.

Não quis o destino que o grande lutador aqui se encontrasse nas vésperas de nova batalha, talvez mais áspera do que aquela que capitaneou com capacidade invulgar; porque, senhor Presidente, se aquele tempo, dispuhamos de um governo que sem ser nacionalista cento por cento, se manifestava, contudo, favorável aos ideais nacionais, hoje em dia — e para desgracia nossa — o que precisamos se não é uma ameaça governamental ao monopólio do petróleo. Constitui, pelo menos, uma preocupação perniciosa, que devemos rejeitar a todo transe.

A voz de Landulpho Alves, neste instante inimitável, reverbera com autoridade do balcão desse Senado, e com os

conhecimentos profundos sobre a matéria, que lavavam de roldão, vencidos, os seus opositores.

Perde, neste instante, o Brasil um dos seus maiores batalhadores, perdem os nacionalistas o seu braço direito nesta Casa; mas o seu exemplo nos servirá de estrela, nos guiará através das dificuldades, confiados em que, afinal, venceremos os óbices que se nos antolham, porque esta é, mais do que uma batalha, uma cruzada santa de brasilidade.

Ninguém, Sr. Presidente, esmerilhou com maior capacidade e tão minuciosamente o problema do petróleo do que o Senador Landulpho Alves. Horas e horas seguidas, num trabalho extenuante, que revelava a diuturnidade dos seus esforços e propósitos, combateu, pelejou na grande batalha nacionalista, até que, afinal, selados, com o triunfo de uma causa justa, tivemos o convertimento em lei dos nossos ideais, o ideal dos bons brasileiros.

Nos dias que ora correm, sentimos que essa obra, para a qual tanto contribuímos, se encontra frontalmente ameaçada. Os trustes internacionais, através da senilidade do nosso Ministro da Fazenda, já proclamam de "política suicida" a do nosso petróleo: os jornais assalariados do capitalismo estrangeiro, trombeteiam o suicídio da Petrobrás, pelo malogro da política petrolífera entre nós; e possivelmente se ensaiará, neste recinto, uma pantomima para provar a farsa do petróleo nacional.

Isto, Sr. Presidente, — como diríamos em linguagem matuta, no Rio Grande do Norte — é a "broca no caminho", por onde passarão, evanescentes os monopólios internacionais, inimigos do bem estar do povo brasileiro.

Landulpho Alves, se vivo fora, seria o combatente destemido, que enfrentaria a procela; o forte, que não enverga, que não dobra; o lutador, que não tergiversa, sustentando a boa causa a que se encontra no coração de todos os brasileiros — a causa do monopólio estatal do petróleo, vitória, porque assim o entenderam os legítimos representantes do povo do Brasil, com assento nas Casas do Parlamento.

A falta, portanto, do batalhador, é excepcional, imprecionável.

Neste instante em que ele cal, verado pela fatalidade de uma doença inexorável, alenta-nos, todavia, a lembrança do seu exemplo, da sua constância, do seu fervor, da sua sinceridade. Anima-nos, também, a consciência e ao espírito, o propósito de continuar na mesma luta, fazendo frente a quaisquer dificuldades, na convicção de que, assim, estaremos honrando a sua memória e prestando um grande serviço ao povo brasileiro.

Não nos interessa que certos fanfarrões, alambicados e senis, passeiem pelos mercados da Wall Street a personalidade vesga, achacada e vaidadinária. O que interessa ao povo brasileiro é a consciência de si mesmo, o julgamento que faz dos seus problemas; e muitas vezes, aquilo que os capitalistas norte-americanos sonham ser um suicídio para nós, representa na realidade a nossa redenção e emancipação nacional.

A essa obra vinculou-se Landulpho Alves: deu-lhe tudo que pôde dar: espírito, trabalho, consciência e coragem. Grande brasileiro, fortalecido por um ideal nobilíssimo, foi pelejador intímido de todas as obras. Publicou, com seus discursos, uma brochura notável — *Aspecto sobre o Problema do Petróleo Brasileiro*, que leio, vez por outra, com profundo carinho, a memorar seus exemplos, a sua dedicação. Baiano da melhor tempera, fundamentalmente brasileiro e arauto da resistência nas grandes lutas nacionais, contrapôs-se sempre aos antibrasileiros que mercadeiam a nossa honra e dignidade nos braços dos plutocratas norte-americanos.

Honra, portanto, seja à sua memória.

Nacionalista e soldado obscuro que pelejou sob suas ordens nesta Casa, sob sua inspiração flamejante, evoco, neste instante, sua personalidade mais com orgulho do que com tristeza, porque o pelejador é um exemplo para as gerações que virão, na significação do seu gesto, na invulgaridade das suas atitudes.

Folémista sutil, conhecedor da matéria, versando-a com profundidade, atirava-se ao debate com coragem decidida; expunha, debatia e convencencia esmagando. Ia até o âmago do assunto que ventilava. Arrojava-se contra as possibilidades do êxito contrário, com uma catapulta, um ariete contra as muralhas adversas. Ninguém melhor que ele, em certo instante, confundiu seu destino com o próprio destino da Pátria; ninguém melhor que ele, pelo exemplo, pela dedicação, elevou o nosso espírito e soergueu o nosso pensamento. Foi uma força que nos levou para diante naquela memorável batalha pelo petróleo, para que a traição ou a simulação não entregasse este país aos capitalistas norteamericanos. Bateu-se contra os vendilhões ou os inocentes úteis, que, usando vestes nacionais ou não, iriam negociar a dignidade nacional nas ruas estreitas de Wall Street.

Poderão fazê-lo, mas de uma coisa estarão certos: os que lutaram nas fileiras ao lado de Landulpho Alves — grande Capitão dessa batalha — enfrentarão com a mesma coragem e o mesmo desassombro todos esses poderosos nânicos que não são mais que fantasmas dentro da Pátria!

Sr. Presidente, rendo as minhas homenagens à memória desse grande brasileiro e preclaro baiano, desse pelejador que foi sem igual entre nós na defesa do monopólio estatal do petróleo.

Como nacionalista, sinto-me ufano de lhe prestar esse testemunho ao nosso reconhecimento que é, aliás, o de todo o povo brasileiro. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Vivaldo Lima.

O SR. VIVALDO LIMA:

(Para encaminhar a votação) (Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente,

Desfalca-se a bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa de um dos seus elementos mais insígnies.

As 21 horas de sábado ruiu para o mundo insondável, em busca de repouso, a alma de um idadador autêntico, intrepido e vigoroso na defesa dos seus ideais nacionalistas.

Ontem, por volta das 17 horas, em grande acompanhamento, quasi todo de criaturas que o conheciam desde a meninice aos derradeiros alentos de vida, tristes e envoitos de amargurada saudade, encaminharam-se para o túmulo escolhido os restos mortais, que antes passavam próximo de outro mausoléu, onde jazia um ente querido imolado na flor da vida, no serviço da Pátria, abrindo o claro imprecionável nas asas da Força Aérea Brasileira: seu dileto filho.

Contristados em derredor do ataúde, já descido ao solo da terra, almas em orações lançam sobre ele petalas de rosas em adeus ao amigo, que já iniciara a caminhada rumo ao reino das divindades.

Selada a campa, retiram-se silenciosos, da quadra sombria, corações compungidos, para lembrar-se, então por diante, da figura de predicados excelsos, através de uma memória saudosa e grata.

Agora, sob esta austera cúpula do Monroe, sente-se que o vazio imposto

pelo Destino criou pesado ambiente, que respira máguia, tristeza e recordações.

Nesta poltrona, que sempre foi a preferida, a sua voz vibrante e calorosa encheu de entusiasmo o espírito dos companheiros de ideais, atraindo o respeito dos demais pela sinceridade e nobreza de suas convicções.

Poude algum dia enfeixar em alentado volume, em elocução merecedora do melhor encômio, a produção de que foi capaz a sua brilhante e versada inteligência, incluindo-se, como as melhores e fulgurantes folhas, os debates em torno de o problema do petróleo, nos quais se envolveu como um dos mais denodados pregoeiros de uma solução patriótica.

O titan do nacionalismo tombou deixando, assim, vácuo sensível no esquadrão intransigente.

Sobre o seu esquife, no entanto, já repousam os loiros, que lhe tocavam, da vitória espetacular.

Eis, Sr. Presidente, em traços singelos, a figura de parlamentar, que integrava também a representação da Bahia no Senado da República.

No seu Estado natal, de gloriosas tradições, entre os postos importantes exercidos com eficiência e tolerância, realça-se o de Chefe do Executivo, em que se houve com inusitado entusiasmo e zelo pela coisa pública e pela probidade, o que lhe valeu grangea, a estima e o respeito dos seus conterrâneos.

Reconhecem-lhe ao Governo, de 37 a 42, na qualidade de Interventor, interesse não vulgar quanto ao estudo e solução do problema vitais à região, que tão profícua e patrioticamente administrava.

Convém lembrada a primeira experiência de extração do petróleo em Lobato, em 1939, que se realizou com êxito. Escolas, colônias de férias, estradas de rodagem e tantos outros empreendimentos essenciais ao progresso do Estado podem alinhar-se, igualmente, constituindo glórias que a história consignará, porque realizados dentro de um regime de decência e honestidade.

Facetas que são, aliás, já sabidas, de uma individualidade marcante, que exerceu um governo estadual, retirando-se, após um lustro de exercício, com o nome honrado e inatável e o espírito de brasilidade cada vez mais robustecido.

Estas evocações, Sr. Presidente: de uma vida útil que se extinguiu no apogeu da carreira política, desempenhada com inteireza e independência ajuizam da perda que representa para este plenário o desaparecimento do nobre Senador LANDULFO ALVES.

A reverência desta Casa à memória do eminente extinto, associamo-nos — em particular, nós, do P. T. B. — respeitosamente, com o pesar e a saudade de uma admiração e simpatia, que lhe dedicavam, desde longos tempos, redobradas nas lides políticas-partidárias comuns.

Era, Sr. Presidente, o que tinha a dizer. *(Muito bem; muito bem).*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Júlio Leite.

O SR. JÚLIO LEITE:

(Para encaminhar a votação) (Lê o seguinte discurso) — Sr. Presidente,

Perde o Senado da República, com o falecimento do Senador Landulfo Alves, uma de suas figuras mais destacadas.

Companheiro que fui do ilustre extinto, na Comissão de Agricultura, e posteriormente, na de Economia, dou o meu testemunho de que ele se impoz à consideração de seus pares pela sua operosidade, pelo seu devotamento à causa pública, não se limitando em estudar, em minuciosos pareceres os projetos que lhe eram distribuídos e aos quais costumava, não raro, dar em emendas, a sua contribuição pessoal para os aprimoramentos.

rar, mas, também, participando com os seus colegas nos debates que se travavam ao ensejo do estudo e discussões de projetos relatados por outros senadores, alguns dentre eles, da maior importância.

O Sr. Pereira Pinto — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. JULIO LEITE — Com muito prazer.

O Sr. Pereira Pinto — Como presidente da Comissão de Agricultura, pude testemunhar a grande eficiência e operosidade do Senador Landulfo Alves, naquele órgão técnico onde maninha, como grande satisfação, laços da maior amizade.

O SR. JULIO LEITE — V. Ex.^a está lhe fazendo justiça.

Estudioso dos problemas econômicos do País, a sua atuação em plenário, através os seus discursos como já foi ressaltado pelos oradores que me precederam, além de revelar a sua combatividade, os seus conhecimentos, mostrava a sua sinceridade. Extremava-se, e certo, talvez por uma questão de temperamento na defesa de seus pontos de vista, maxime quando se tratava da entrada, sob certas formas, no País, do capital estrangeiro, mas, também, não dava o direito a quem quer que fosse de por em dúvida os seus altos propósitos, o seu profundo patriotismo. Diplomado em agronomia, ele era um apaixonado pela sua profissão.

No governo da Bahia, corajosamente, a sua atenção se voltou, de preferência, para o interior, intensificando o fomento agrícola, sob suas várias formas, ampliando e melhorando a rede rodoviária do Estado, deixando delado, o que se convencionou chamar, com certa propriedade, obras suntuárias na Capital "a glória fácil das avenidas".

Os frutos de sua administração, por consequência, só poderiam aparecer, anos depois, como resultante de sua política a longo prazo, o que, de fato, se veio a verificar, para o fortalecimento da economia bahiana.

Um desses frutos resulta da providência, por exemplo, por ele tomada da intensificação da cultura do coqueiro na Bahia, pela aquisição de cerca de um milhão de mudas selecionadas, adquiridas, quase todas na Estação Experimental de Aracaju.

E quero particularmente me referir a essa providência que possibilitou o grande Estado nordestino a ser, no momento atual, o maior produtor de coco no País, porque há pouco tempo, em conversa com ele, ao mencionar esse fato, pude sentir como se mostrou sensível ao ser reconhecido o valor de uma obra que empreendera, vencendo os naturais resistências do meio, despreocupado das vantagens imediatas que outras culturas poderiam dar ou do sucesso momentâneo de obras de fachada.

A sua extrema preocupação no setor da agricultura, quando governava a Bahia, era tornar o seu Estado um celeiro que pudesse abastecer outras unidades da Federação e buscar divisas no exterior.

Ainda, no governo da Bahia ele também se preocupou com o problema da pecuária, de que era profundo conhecedor. Tomou todas as medidas ao seu alcance no sentido de melhorar os rebanhos de sua terra desde a introdução de elementos da maior pureza até o prestígio que sempre deu as exposições agro-pecuárias, em Salvador.

Assim era o senador Landulfo Alves: um idealista animado por um espírito de combatividade pouco comum.

Era um homem de bem.

Rendo, neste momento, à sua memória, em meu nome e do Partido Republicano, o preito de homenagem e de saudade. — (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Domingos Velasco.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, poucas serão as palavras que aduzirei às considerações já expendidas sobre a personalidade do Senador Landulfo Alves.

O discurso magistral do Senador Aloysio de Carvalho mostra ao país a tempera do homem que no Senado soube grangear o respeito e a amizade de todos os seus membros.

Ouvindo a oração do Senador Aloysio de Carvalho com a maior atenção, por se tratar de figura que me merece o maior respeito, pelo seu talento pelo seu caráter.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Obrigado a V. Ex.^a

O SR. DOMINGOS VELASCO — (Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Ouvi as palavras do Senador Aloysio de Carvalho, traçando o perfil do administrador Landulfo Alves, e confesso que apenas hoje, neste recinto, tomei conhecimento da ação realmente estrutural que foi a do Governo do Senhor Landulfo Alves na Bahia.

Disse o Senador Aloysio de Carvalho que o ilustre morto foi um semeador. Realmente, Sr. Presidente sente-se que todas as iniciativas do Senador Landulfo Alves não visavam ao aplauso imediato. Tinha como que o dom da antevisão dos problemas; preocupava-se mais com o que posteriormente se desenvolveria, no setor a que se dedicava, que mesmo com o resultado imediato muitas vezes merecedores de aplausos momentâneos para posteriormente, sofrer condenações, críticas.

Meu contato no Senado, com o colega extinto, teve por causa principal a questão do petróleo e sobre o assunto já o Senador Kerginaldo Cavalcante disse tudo quanto eu poderia dizer.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS VELASCO — Nos discursos do Senador Landulfo Alves encontra-se não apenas a visão larga do problema senão também a do técnico — vale dizer, a do cientista; desce à análise, da questão, vai às minúcias.

Foi nesses contactos, cada vez que S. Ex.^a encontrava nas suas leituras, nas suas pesquisas mais um elemento, mais um argumento para fortalecer o seu pensamento nacionalista, que me cabia a honra das primissas da descoberta. Desta maneira afoguei-me à sua modestia, à sua serenidade, à sua certeza de que a solução exata, patriótica, e imprescindível à soberania nacional na questão do petróleo era o monólio estatal.

Sr. Presidente, em nome do meu Partido associo-me as homenagens que o Senado está prestando a Landulfo Alves, e daqui envio ao povo baiano e ao Partido Trabalhista Brasileiro as condolências dos socialistas brasileiros.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Nestor Massena.

O SR. NESTOR MASSENA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, antes de atravessar os umbrais desta Casa do Congresso Nacional para estar presente a sessão de hoje, era meu propósito manifestar apenas minha solidariedade pessoal e do P. S. D. de Minas Gerais as homenagens prestadas ao nosso saudoso colega Senador Landulfo Alves, ontem falecido.

Aqui chegando, porém, correligionários meus solicitaram-me exprimir os sentimentos do Partido Social Democrático, em face do doloroso acontecimento. Deponho porém que o Senador Aloysio de Carvalho retratou na sua oração esmerada e feliz o admirável resumo biográfico do morto; depois que ouvi a palavra do Senador Kerginaldo Cavalcanti, acentuando traços da fisionomia política de Landulfo Alves, depois dos discursos dos senadores Júlio Leite, Domingos Velasco e Vivaldo Lima, sinto-me dispensado de fatigar o Senado com a minha oração.

Desejo, porém, ao manifestar a solidariedade do P. S. D. a todas as homenagens prestadas ao ilustre morto traduzir em síntese o que ouvi do Senador Pinto Aleixo, sobre a personalidade do nosso ilustre colega, ontem sepultado.

Há pouco, dizia-me o representante baiano que a característica principal do saudoso colega foi ser antes de tudo um homem de bem, de quem se podia divergir, certo, porém, de que suas idéias, seus pontos de vista, suas diretrizes de vida pública eram sempre orientados pela melhor vontade de acertar, pelas razões e pelos mais altos pressupostos da boa moral política.

Sr. Presidente, pondo êrmo as minhas ligeiras considerações, comunico à Casa que a Comissão nomeada pela Mesa para assistir ao sepultamento do Senador Landulfo Alves cumpriu a sua missão. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ferreira de Sousa.

O SR. FERREIRA DE SOUSA:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, o seguro e brilhante necrológico do Senador Landulfo Alves com o Sr. de Carvalho, dispensaria qualquer que brindou esta Casa o Senador Aloysio de Carvalho sobre o morto de ontem.

O sentimento revelado em sua oração, não foi somente o sentimento pessoal, nem mesmo o da Bahia que S. Ex.^a tão dignamente representa nesta Casa.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. FERREIRA DE SOUSA mas o sentimento de todos nós.

Todos nós sentimos profundamente abalados com o falecimento de tão distinto, tão nobre e tão operoso colega.

A mim me cumpriria o silêncio; entretanto, a bancada do meu partido, a U. D. N. recordando um companheiro de tão elevada qualidade moral, de tão grandes sentimentos civis de tal ardor patriótico e de tão segura convicção de seus deveres, manifesta a sua solidariedade aos conceitos que aqui se emitiram sobre o Senador Landulfo Alves.

Qualquer um de nós pode ter tido com S. Ex.^a divergências em diversos campos; no campo político no campo administrativo, e até mesmo no exame de problemas da alta administração do país, mas nenhum de nós pode negar-lhe — é o que ressalta magnificamente do necrológico do nobre Senador Aloysio de Carvalho — o alto senso de honestidade, o alto senso de sinceridade absoluta no manifestar as suas idéias no exteriorizar os seus pensamentos.

Conheci o Senador Landulfo Alves quando S. Ex.^a desempenhava as funções de Diretor da Produção Animal, e dos contactos que tive com S. S. pude sempre apreciar-lhe o alto conhecimento do seu posto e a grande dedicação aos interesses do país no setor que ele administrava. Nunca mudei de opinião ao seu propósito, e agora que o nosso nobre colega da Bahia recorda a atuação do nobre ex-

tinto, mostrando ao vivo o que ele foi no seu Estado, tirando dessa atuação conclusões gerais sobre o seu temperamento, sobre o seu caráter: sob suas idéias e sua concepção de governo, não há como deixar de manifestar, por mim e pelos meus compatriotas de bancada, o nosso profundo pesar pelo desaparecimento do tem ocorrido.

Perde o Brasil um dos seus nobres filhos, perde a agronomia brasileira uma das mais altas expressões; perde o Senado um de seus em atos de trabalho, de sinceridade de patriotismo. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO:

(Para encaminhar a votação) (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, depois dos discursos proferidos sobre a personalidade do nobre eminente colega, ontem desaparecido minha presença nesta tribuna só justificaria, como preito da minha saudade, da minha admiração e da minha estima ao colega com o qual aqui, intimamente convivi, e de cuja amizade sempre muito me orgulhei.

Desapareceu o Senador Landulfo Alves, deixando grande vácuo na terra do seu nascimento.

Ao grande Estado da Bahia, nossa Pátria tem recrutado os melhores maiores valores ao serviço da nacionalidade.

Não poderia Landulfo Alves receber no dia de hoje, melhor e maior julgamento do que o veiculado através do magnífico, brilhante e verdadeiro discurso dessa nobre e alta figura que dignifica o Parlamento, o nosso eminente companheiro, senador Aloysio de Carvalho.

O Sr. Nestor Massena — Muito bem.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. NOVAES FILHO — Com a sua elevação moral, com a cultura, com a maneira sempre correta, de grande austeridade, com que sempre, primou, em todos os momentos, ao ter de pronunciar-se nesta tribuna, o senador Aloysio de Carvalho fez um elogio que enaltece e dignifica a memória do grande morto.

Sobre o governo Landulfo Alves no seu Estado, já disse Aloysio de Carvalho como o extinto se preocupou pelos diversos aspectos da gestão, na qual tanto ponde e soube servir aos interesses da coletividade, desde o ensino agrônomo — sua maior paixão, agrônomo dos mais brilhantes entre os da profissão — até o ensino superior, porquanto prestigioso e enalteceu a Escola de Direito. A essa mentalidade fascinante que era a de Landulfo Alves, não poderia escapar a convicção de que, sem boa cultura jurídica nunca haverá boa distribuição de justiça, sem a qual a sociedade não poderá jamais estar preparada e tranquila para o progresso, para o trabalho, para o bem social.

O depoimento do senador Aloysio de Carvalho tem, ainda, alto sentido, oriundo que é, de um homem que não pelejou nas hostes partidárias de Landulfo Alves, mas, ao contrário sempre esteve dele separado nos campos da atividade política.

Sr. Presidente, era eu prefeito do Recife quando, ao passar pela cidade do Salvador, fui recebido pelo então chefe do Executivo Municipal da cidade, que me acompanhou, em visita pormenorizada, aos diversos trabalhos urbanísticos em realização. Devo dizer de minha admiração e simpatia pelas obras de reforma urbanística introduzidas na Capital baiana pelo governo Landulfo Alves, através de um engenheiro distinto, opero

so, honesto e trabalhador, que vem sucumbir no Senado ao ilustre morto, o engenheiro Neves da Rocha.

Pelo discurso unânime de Aloysio de Carvalho, poderos, ademais, verificar que Landulfo Alves não se trançou nas quatro paredes do seu palácio; anda frequentemente pelo interior, em busca, sobreindo de trabalhos que melhorassem a vida da população e não afastada do litoral — sempre esquecida dos poderes públicos — os senhores.

Deois do eloquio feito pelo Senador Aloysio de Carvalho, nenhuma palavra mais poderá ser proferida nesta Casa, que não a da saudade. Neste instante pois, meu comovido sentimento, pelo passamento do senador Landulfo Alves que, percorrendo altos postos da vida pública, nunca teve outra preocupação que não esquecer o próprio nome para cuidar apenas do serviço e dos interesses da colônia (Muito bem; muito bem)!

O SR. PRESIDENTE:

Não há mais oradores.

Vou proceder a votação do requerimento na pouco lido (risos).

O Sr. Senadores que o aprovam que ram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Em cumprimento ao voto do Senado, todas as providências determinadas no requerimento que acaba de ser aprovado serão tomadas.

A Mesa associar-se às homenagens prestadas a memória de tão ilustre e eficiente membro desta Casa.

Aqui submeter a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDÉM DO DIA

Continuação da votação, em discussão única, do Requerimento número 431, de 1954, do Sr. Senador Mozart Lago, pedindo inclusão em Ordem do Dia, nos termos do artigo 90, letra a, do Regulamento Interno do Projeto de Lei da Câmara n.º 333, de 1912, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

Votação em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 718, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 29, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Aeronáutica e John Eutimen Webber, para desempenhar a função de professor Associado de Meteorologia Sinoptica Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 769, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 57, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre Jesus Martins e sua mulher, Tereza Martins, e a União Federal, referente à desapropriação de uma faixa de terra encravada na propriedade denominada "Barra", no Município de Afogados das Ingazeiras, Estado de Pernambuco.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 760, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 65, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e a firma Comércio e Indústria Neva Ltda., para fornecimento de equipamento ao Laboratório de Hidráulica Experimental daquele Departamento.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 761, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 84, de 1953, que aprova o termo de ajuste celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos de Pernambuco e a firma J. Ferreira Marques, para cons-

trução de duas residências para operários da Estação Rádio-telegráfica de Pau Ferro, naquele Estado.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 762, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 87, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Estropez Coarctio e Indústria Sociedade Anônima, para fornecimento de aparelhagem telegráfica aquele Departamento.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 763, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 88, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Viação Fere-a Federal Leslie Brasileiro e a Mineração Baniana Ltda., para o transporte ferroviário de suas mercadorias.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 764, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 98, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, de locação de 3 (três) salas no Edifício Marques dos Reis, destinadas à instalação dos Serviços do Plano Postal-Telegráfico.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 765, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 103, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento Federal de Compras e a Sociedade Mesbla S. A., para fornecimento de uma lancha de passageiros e carga ao Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 766, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 120, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e o engenheiro Murilo de Faria Becker, para desempenhar funções de conferência de cálculo de concreto armado e de controle de construções.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 767, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 125, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Francisco de Assis Cajazeiras e sua mulher, Francisca de Souza Cajazeiras, para fins de irrigação agrícola em propriedade dos mesmos, denominada "Penha", no município de Igatu, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 770, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 131, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Construtora Salvador Ltda., para construção de um prédio destinado à estação rádio-transmissora de Pituba, no bairro do mesmo nome, na cidade do Salvador, capital do Estado da Bahia.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 771, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 152, de 1953, que aprova o termo do contrato celebrado entre o Ministério da Agricultura e Leontino de Souza Rolin e sua mulher, para irrigação das terras de sua propriedade, situadas na Fazenda Juazeiro, no Município de Juás, Estado do Ceará.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nú-

mero 772, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 20, de 1954, que aprova o contrato celebrado entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a firma Raul Hirt Sera, para construção de um prédio destinado a servir de sede à Agência Postal de Tomazina, no Estado do Paraná.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 783, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto e Lei da Câmara n.º 63, de 1952, que autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, do crédito especial de Cr\$ 546,83, para pagamento resultante de sentença proferida pela Junta de Conciliação e Julgamento de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul, em favor de Agenor Marruês dos Santos.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 784, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto e Lei da Câmara n.º 215, e 1253, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ 2.000.000,00 a fim de se erigir na cidade de Rio Branco, capital do Território do Acre um monumento em memória do Coronel José Plácido de Castro.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 785, de 1954) da emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara n.º 41, de 1954, que modifica o art. 40 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 786, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 49, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e Negócios Interiores e a firma Construtora Senobra Ltda., para construção das redes de água, gás, luz e esgotos primários e secundários na cada do Administrador da Casa Maternal Melo Matos, no Distrito Federal.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 787, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 102, de 1953, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao termo aditivo ao contrato celebrado entre o Departamento Federal de Segurança Pública e Atahualpa Alves Caldeira, para arrendamento do prédio da Estrada de Nazaré n.º 2568, destinado ao Comissariado de Anchieta e Pavuna.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 788, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 114, de 1953, que aprova o termo de desapropriação onerosa de uma faixa de terra encravada em uma propriedade situada no lugar denominado "Beila Flor", município de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 789, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 10, de 1954, que aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado entre os Governos do Brasil e de Portugal.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 790, de 1954) do Projeto de Decreto Legislativo n.º 37, de 1954, que mantém a decisão do Tribunal de Contas denegatória de registro ao contrato de empreitada celebrado entre o Quartel General da 4.ª Região Militar e a firma Construtora Geminiano Góis Ltda., para prosseguimento das obras do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Belo Horizonte.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 791, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1951, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Patrimônio Santa Catarina de Laboure, de Piripiri, Piauí, os terrenos e edifícios que, na mesma localidade, serviram às instalações da Comissão do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Votação, em discussão única, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer número 792, de 1954) do Projeto de Lei do Senado n.º 16, de 1951, que estende a Fisco de Rendos Federais, lotados na Recebedoria Federal de São Paulo, as obrigações constantes da Lei n.º 1.325, de 23 de janeiro de 1951.

Votação, em discussão única, do Requerimento n.º 463, de 1954, do Senador Senador Aloysio de Carvalho, solicitando a nomeação de uma Comissão de três membros para visitar, em nome do Senado, o Sr. Senador Landulfo Alves.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional n.º 1, de 1954, que acrescenta dispositivos ao ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Parecer favorável, sob n.º 242, de 1954, da Comissão de Reforma Constitucional.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 201, de 1951, que dispõe sobre o melhor dos produtos agrícolas. Pareceres da Comissão de Economia n.º 843, de 1953, oferecendo substitutivo; da Comissão de Constituição e Justiça n.º 684, de 1954, pela constitucionalidade do projeto e quanto ao mérito, pela sua rejeição n.º 748, de 1954, pela constitucionalidade e legalidade do substitutivo; da Comissão de Finanças n.º 895, de 1953, pela rejeição do projeto; n.º 719, de 1954, declarando escusar o assunto do substitutivo à sua competência e suprimindo a audiência sobre ele, da de Constituição e Justiça.

Encerramos a Sessão às 16 horas e 5 minutos.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ONOFRE GOMES NA SESSÃO DE 15 DE OUTUBRO DE 1954.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, e Srs. Senadores, há dias tive oportunidade de fazer comentários sobre a situação econômico-financeira do país, a propósito da viagem de S. Ex.ª o Sr. Ministro da Fazenda, Professor Eugênio Gudin, aos Estados Unidos.

Vejo, agora, que minhas referências à conjuntura coincidem com os pronunciamentos de várias procedências filtrados através da imprensa. Ontem, o "Correio da Manhã", nas suas "Várias" da 6.ª página, sob o título "Estrangulamento do Comércio Exterior", escreve:

"O crack se aproxima. Virá como de outras vezes, em uma contração do comércio exterior. É um turismo do alance de toda a gente que sem exportar não podemos importar. O processo de encher o vazio deixado pela receita das exportações com empréstimos não resolve a situação. Poderá adiar a crise, mas a tornará mais grave ainda quando se estancar a fonte fornecedora de empréstimos.

A única solução está na expansão das exportações, expansão em valor, principalmente. Solução única, bem entendido, mas não definitiva. E isto porque, com o produto apenas das exportações já mais poderemos criar os capitais de que precisamos.

De nossos produtos de exportação, o principal deles, que é o café, continua a balizar de preço no exterior. E o que é pior mesmo a preço em nossa produção decrescente, não está sendo exportado

nas quantidades necessárias a nos dar o valor global a que já nos habituáramos. No corrente ano talvez consigamos obter apenas 70% do que recolhemos, no ano passado.

Dos outros produtos, alguns nem mais estão conseguindo lá fora colocação em termos que cubram os respectivos custos de produção. Fazê-los sair através de sucessivos aumentos de bonificação não resolve o problema da cifra global em dólares. Em cruzeiros e em quantidade, sim; mas será um paliativo a incentivar ainda mais a inflação.

O argumento de que temos muitos produtos para exportar e que nos falta apenas conquistar-lhes mercados no exterior, é sem dúvida falho. Até mesmo os que já estamos exportando, sem do país mediante quebras sucessivas da taxa cambial, ou seja: vendendo-os dia a dia a preços em ouro cada vez mais baixos. Nesse andar acabaremos inteiramente espoliados pelas nações importadoras de nossas mercadorias, e essa espoliação se observará no cálculo dos termos de comércio, isto é: cada vez estamos recebendo menor quantidade de produtos estrangeiros em troca do que exportamos. Chegaremos assim rapidamente ao esgotamento; tudo que conseguirmos exportar não será suficiente sequer para a importação de petróleo. Antes disso, muito antes disso, porém, o crack já nos terá estrangulado.

Não foi o governo do Sr. Café Filho o criador das nuvens carregadas, que ameaçam desabar em tormenta sobre a nossa economia e as nossas finanças. Elas eram gradativamente preparadas pelo seu antecessor. Tomaram impulso incontrolável quando os custos de produção foram duplicados por motivos simplesmente demagógicos.

O Sr. Assis Chateaubriand — Apolado.

O SR. ONOFRE GOMES — (Lendo).

"O nosso comércio exterior está agora sofrendo o impacto desse impulso. Ao governo Café Filho sabe no máximo reduzir os efeitos do impacto. Eliminá-lo será impossível, a menos que venha ter a este país inexistente, vast e profunda corrente de capitais estrangeiros".

Como vê o Senado, os argumentos alinhados no tópico do "Correio da Manhã" dispensariam quaisquer outras considerações, não só para comprovar como as arguições que tenho feito nesta tribuna revelam o consenso geral da opinião pública, como também o contínuo e real, realmente, mais do que difícil, talvez mais do que grave, porque gravíssima.

Diz S. Ex.º o Sr. Ministro da Fazenda, que o objetivo principal de sua viagem aos Estados Unidos foi o de esclarecer os meios financeiros econômicos e administrativos daquele país sobre a verdadeira situação brasileira.

Sr. Presidente, o que sabemos mesmo os brasileiros que não têm obrigação de estar com as vistas voltadas para a administração econômico-financeira do Brasil, é que não há ninguém no mundo em condições de levar esclarecimentos aos Estados Unidos, que possuem serviços de informações e contábeis, não diários mas de minuto a minuto do movimento mundial dos mercados.

O Sr. Assis Chateaubriand — Permite V. Ex.º um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex.º tem toda a razão. Os americanos têm um serviço de informações, sobre o Brasil para seus bancos e grandes organizações, como a Standard Oil e a Anglo-Mexican, etc. que, quando chegamos

aos Estados Unidos e conversamos com o diretor de uma grande organização bancária ou de petróleo americano, verificamos que sabem mais do que o aprendido aqui tal a perfeição técnica do serviço de informações que têm do Brasil. V. Ex.º tem carraças de razão.

O SR. ONOFRE GOMES — O brilhante e seguro aparte do nobre Senador Assis Chateaubriand, uma das pessoas mais bem informadas no Brasil...

O Sr. Assis Chateaubriand — Meus deus que os americanos de Nova Iorque e de Washington.

O SR. ONOFRE GOMES — ... não apenas acerca de nossa situação, mas também das correlatas, aos vários mercados internacionais, comprova as razões e a argumentação que estou desenvolvendo.

O Sr. Gomes de Oliveira — Parece-me esquisito que — segundo anunciaram os jornais — o Sr. Ministro da Fazenda fosse saber nos Estados Unidos da situação em que nos encontrávamos como devedores.

O SR. ONOFRE GOMES — V. Ex.º tem toda a razão, pois o Sr. Ministro da Fazenda, numa inadvertência, que fez, deixou escapar a contradição que ao chegar aos E. E. U. U. fora surpreendido por informes sobre empréstimos do Brasil, de que ele ignorava a existência.

Ora, se S. Ex.º saiu do Brasil para nos Estados Unidos, tomar conhecimento de empréstimos que desconhecia, como poderia levar esclarecimentos a quem quer que fosse, momentaneamente a especialistas do quilate dos financeiros, economistas, comerciantes e industriais norte americanos?

O Sr. Gomes de Oliveira — Chegou mesmo a discutir com os americanos, segundo os jornais. Como então poderia fazê-lo se não estivesse em condições de debater assunto de ordem financeira?

O SR. ONOFRE GOMES — Desajustamos continuar colaborando com o Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que seja bem sucedido na sua gestão. Permita-me, porém, S. Ex.º a franqueza de dizer aqui que, por esse processo não só comprometerá sua administração como também o conceito que o povo brasileiro está habituado a fazer de sua capacidade.

É indispensável, Sr. Presidente que os homens públicos do Brasil se dêem conta de que houve, realmente, mudança radical neste país. Talvez a nação tenha decidido exigir dos governantes informações claras e precisas — ainda que desagradáveis — sobre a verdadeira situação financeira e econômica. Só assim, através da imprensa — que não deve falhar no exercício essencial e precioso de sua finalidade social e pública — poderemos compor os responsáveis a mudarem de rumo. E se estes não se julgarem capazes de corrigir tais irregularidades, assumiu responsabilidades particulares, através da péssima gestão financeira do Banco do Brasil, aceitando depósitos, em moeda nacional, em troca de futuras cambiais, que etodos sabiam perfeitamente não existirem. O truque foi simplesmente esse: transferir da responsabilidade de particulares para a do Tesouro a dívida do comércio internacional feita, mais por levandade, exploração e especulação de comerciantes importadores e exportadores.

Não tivesse o Brasil — e aqui Brasil significa gestor da finanças, como o Ministro da Fazenda e o Banco do Brasil — vendido antecipadamente o que não tinha em cambiais e esta dívida não teria sido transferida e não teria o país desde a gestão Láfer, de

marchar para os Estados Unidos a fazer um empréstimo de seiscentos milhões de dólares e afinal contentar-se com trezentos milhões. Esse empréstimo foi concedido por maneira tão humilhante para o Brasil que até a hipoteca do dinheiro-ouro brasileiro do Fundo Monetário se tentou exigir.

Sr. Presidente: Srs. Senadores e o mais grave — há quem o afirme — foi que a sugestão para exigir a hipoteca do nosso ouro do Fundo Monetário partiu do próprio Brasil, a fim de, criada essa situação perante a opinião pública, ela tivesse de se conformar com a maneira humilhante pela qual o empréstimo ia ser concedido.

O Sr. Joaquim Pires — Não foi hipoteca, foi penhor, que é coisa muito mais grave.

O SR. ONOFRE GOMES — Desta vez, não houve hipoteca.

O Sr. Joaquim Pires — Certo, que o fato se tornou muito mais humilhante.

O SR. ONOFRE GOMES — Sr. Presidente, não houve propriamente penhor, porque agora o Brasil apenas assumiu o compromisso de não vender seu ouro, e eu não sei se ele o poderia fazer, porque esta moeda está respondendo por outras operações já realizadas.

O Sr. Joaquim Pires — Hipoteca ou penhor, é a mesma coisa.

O SR. ONOFRE GOMES — Nessas condições, o Brasil não poderia emitir o seu ouro do Fundo Monetário. Este ato talvez represente Sr. Presidente, se tivermos a benevolência de chegar até esse ponto, uma colaboração dos Estados Unidos, evitando que nós, com o nosso acodamento, vendêssemos esta parcela de ouro que, somada, às 286.200 toneladas em depósito no Banco do Brasil constitui o único elemento que ainda dá significação à moeda no dinheiro brasileiro.

Se por levandade, negligência ou lesonestidade, nos desfizermos desse fundo-ouro, a moeda brasileira ficará na inteira dependência dos valores nominais, se não virtuais, que os mercados lhe queiram atribuir. Se ainda mantiver alguma expressão, é porque o mundo dos negócios sabe perfeitamente que o Brasil ainda dispõe de cerca de duzentas e oitenta e seis toneladas de ouro.

Confirma-se, assim, Sr. Presidente, uma vez mais, a afirmação por mim feita nesta tribuna, de que os Ministros da Fazenda no Brasil não têm desempenhado suas graves funções. Pode-se mesmo asseverar que o País nada lhe deve, a não ser erros e desastres, porque, quando chegamos a acumular alguns haveres, reforçando um pouco a reabilitação da moeda, isto aconteceu independentemente da vontade dele, talvez até contrariando-a, como por ocasião da guerra mundial.

Cessadas, contudo, as hostilidades e criadas as possibilidades de dispor das suas reservas de divisas, em pouco tempo, este país — que dá a impressão a nós, brasileiros e talvez a todo o mundo, de considerar-se mais que um nababo — apressa-se em o pôr fora esses haveres, adquirindo em troca dólares, mercadorias absolutamente desnecessárias.

Com esta gente, Sr. Presidente, com esta elite, não deve o Brasil esperar dias melhores, porque se não lhes falta inteligência nem cultura, falta, seguramente, a experiência dos negócios, o tipo administrativo, agravados, essas duas causas tremendas pela despreocupação e negligência no exercício de tão altas e graves funções.

E' preciso que esses senhores saibam que o Brasil está disposto a tomar

lhes conta, se não hoje, amanhã, dentro em breve, e que, se eles não estão apresentando o que se pede, é porque não são apenas cegos e surdos: são, também insensíveis.

A Nação está dando mostras de inquietação e da sua decisão de não mais servir de gato morto, para o exercício de más experiências de pseudo-financeiras e econômicas. Sempre essa gente que, julgar-se economistas ou financeiros, trata desses assuntos com outros meios que sabem manejar na boa forma, isto é, produzindo os maiores danos no menor tempo, com o mesmo capital, nos arrastam a compromissos ou ônus de maior gravidade.

Não temos, Sr. Presidente, nem corrida para o páreo se bem que o Brasil — e principalmente esta capital — sejam um país e uma metrópole em que se assiste a corridas de cavalos, com apostas que ultrapassam as possibilidades de nossa pobreza, três vezes por semana, se não quatro, desde que se verifica um feriado ou um dia santificado.

São abusos que se estão cometendo em verdadeira provocação à sensatez, à calma e à probidade da Nação.

A orientação que seguimos, na gestão da economia e das finanças do País, pode-se definir por uma permanente contradição. Prometemos a industrializar aceleradamente o Brasil, mas, ao mesmo tempo, fechamos as portas à possibilidade da entrada de capital, criando situações que forçaram o capital aqui aplicado a emigrar. Queríamos de tal forma as fontes produtoras de divisas, — olhando, o café, a borracha sobretudo, o café, este que há mais de século sustenta a nossa finança — que a nossa posição nos mercados internacionais talvez já esteja definitivamente comprometida.

O Inquérito a que o Senado norte-americano está procedendo, através de comissão especial, a respeito da questão do café no mercado americano, não deixa dúvida, nem a simples alfabeticização, de que, embora sem ainda se focalizar de frente e nominalmente, o Brasil, são visíveis, exclusivamente, as operações realizadas através da Bolsa do Café e da Açúcar, com o café brasileiro.

Tem-se a impressão de o novo norte-americano está convencido de que foi explorado com elevação de preço, resultante da pura especulação na Bolsa de Nova Iorque. Tanto isto é verdade que, ainda hoje, em telegrama de Bogotá, a Colômbia se declara absolutamente fora de qualquer responsabilidade no assunto.

Há cerca de quatro ou cinco dias esse País baixou os preços de seus cafés, os quais, sendo melhores que os brasileiros, forçosamente têm de acarretar a baixa do nosso produto.

Sr. Presidente, está se passando a questão do café, algo sutil, que eu talvez não perceba.

Recorda-se, porém, o Senado do que, em certo momento, em aparte ao brilhante jornalista e Senador Assis Chateaubriand, afirmou que sendo o café, no mundo atual, um dos melhores negócios, e absorvendo o mercado norte-americano quase totalmente não só o nosso produto como o de outras procedências, e dispondo os americanos de dinheiro e crédito para tomar em conta desse negócio, não deixaria, inegavelmente de fazê-lo se se apresentasse oportunidade.

Devemos, conseqüentemente, abrir os olhos e prevenir-nos. Estamos, na iminência de uma tentativa de despossamento de um dos melhores negócios do mundo, mas devemos a ombridade e a sensatez d

nhcer que os procedimentos se estão verificando dentro das boas normas comerciais.

Se ou operasse em mercados, como os de São Paulo e Rio de Janeiro e posses recursos próprios e crédito para monopolizar as operações do ramo, ninguém saberia que a minha firma ou se chamasse outra concorrente brasileira ou estrangeira para se beneficiar dessa fonte bons lucros. Até muito pouco tempo, a exportação do café brasileiro se fazia quase toda, através de firmas nacionais. Em curto prazo a situação já mudou. Hoje, só em Santos as firmas exportadoras, mais da metade são estrangeiras e trabalham com abundante capital.

Sr. Presidente num país como este em que, pelo próprio norte de Santos conforme nos recordamos, há meses três saíram, de maneira um tanto mágica, cerca de duzentas ou trezentas mil sacas de café, e até hoje não se sabe para onde foram, — não será difícil a quem tenha conhecimento semear o pânico e de mercados, conhecer do deslocamento das posições, uma vez que ainda facilitamos a sua perda pelas compromissos iminentes decorrentes da evasão das reservas e da desvalorização da moeda nacional. Frequentemente temos também a sensação de que ocorreu a Bahia — de reexportações de café brasileiro.

Em verdade, Sr. Presidente, por acordos comerciais bilaterais, assumidos como compromisso de entregar café em o resguardo da promessa de que não sejam reexportado.

O Brasil entrega café à Holanda, Bélgica e à Alemanha, e esses países o reexportam, recebendo dólares que nos caberiam se soubéssemos, ou, se soubéssemos, negociar sendo as boas normas.

Isto evidencia que, por falta de informação e mentalidade de negócios, nossos homens públicos, particularmente dos gestores das finanças e da economia, diariamente o Brasil é sangrado na via da saúde. A fim de que V. Ex.^a, Sr. Presidente, veja a que ponto chegamos como tem perfeito cabimento o pedido do "Correio da Manhã" — que o Senado permita ler da tribuna a confirmação das teses que havia desenvolvido em discursos anteriores — relato um fato. Há meses a salvação deu um "tiro" — perita-me, V. Ex.^a o termo de giria, pois muitas vezes é necessário o emprego de vocabulário usual no momento de exorimir fielmente a ideia — um bido deu um "tiro" de 12 milhões de cruzeiros no Banco do Brasil.

Pois bem: sabe V. Ex.^a qual a explicação, pelo menos através da imprensa, dada pelo nosso principal tabelamento de crédito, por portas avessas?

A de que esse Senhor, que toda a gente facilmente percebe ser um sado, era um "débil mental".

Ora, Sr. Presidente, que juízo fazemos de uma organização bancária, um débil mental, por ela mesma conhecido como tal, a engana numa operação de doze milhões de cruzeiros? Nem "otários" poderemos considerar esses banqueiros. Eles estão muito além da Trapobana; talvez se encontrem no estral, ou — quem sabe? — são tão sábidos quanto o "débil mental" que deu o "tiro".

Um ou dois meses antes desse golpe no Banco do Brasil, encontrava-se atracado no cais de Porto Alegre um petroleiro, no sel se o 54, o 55 ou o 52. Queimou-se esse petroleiro, ficando no casco. Sabe V. Ex.^a, Senhor Presidente, quais as pessoas identificadas pela Polícia do Rio Grande do Sul como autoras desse incêndio? Um rapaz, talvez de 18 anos, e uma moça de 16 ou 17 anos, também "débeis mentais".

Ora, Sr. Presidente, se os "débeis mentais" queimam os petroleiros, enganam a administração da mais alta organização bancária do Brasil, na Capital da República, e iludem entidades públicas, como a Polícia; se a diretoria ou a administração do Banco do Brasil só encontra uma explicação para dar à Nação — a de que foi vítima de "débeis mentais" — imagine V. Ex.^a quando tivermos de negociar, já não digo com pessoas espertas, mas com negociantes, com homens normais! Que "tiros" tomaremos!

Sr. Presidente, talvez aí encontremos a explicação dos saques frequentes de que esta Nação é vítima!

O Sr. Assis Chateaubriand — Apoiado!

O SR. ONOFRE GOMES — É ou os "débeis mentais" não estão apenas do lado de fora das organizações.

Sr. Presidente, demonstrei ao Senado como é contraditória a nossa orientação no encaminhamento e busca de soluções para os problemas práticos, e focalizei que a aceleração da industrialização só poderia se operar, no Brasil, por via das divisas canalizadas pelo café, pela borracha, pelo cacau, pelo algodão e outros produtos de segunda ou terceira categoria.

O Sr. Assis Chateaubriand — E a confiança que o país possa se apoiar aos capitais estrangeiros, para que se estabeleçam entre nós, como já aconteceu, quando aqui se organizaram, entre outras, a Brazilian Coffee, a Cambui, e a Brazilian Warants. Essas empresas, constituídas de capitais ingleses, fizeram plantações de quatro, cinco seis milhões de pés de café, em São Paulo. O capital estrangeiro só se fixará no Brasil se encontrar ambiente de confiança e respeito, e não esse nacionalismo exacerbado, fruto de atividades sabidamente comunistas. O aspecto que V. Ex.^a ora focaliza é verdadeiro.

O SR. ONOFRE GOMES — Agradeço o aparte, tão bem formulado, de V. Ex.^a.

O Sr. Assis Chateaubriand — Os excessos de divisas que recebemos pela exportação de café, algodão ou agave devem constituir os capitais mais importantes para a industrialização do país.

O SR. ONOFRE GOMES — Pois bem, Sr. Presidente: comprometemos todas essas fontes agrícolas numa verdadeira guerra dos que queriam industrializar contra a agricultura, e hoje, prostrada a agricultura, estão eles a recorrer, através do Ministério da Fazenda, a empréstimos em New York. O capital nos vem, assim, pela forma mais onerosa que o país poderia conseguir, pois não vem espontaneamente, porque lhe fechamos as portas, mas sim através de empréstimos com juros que apenas no último foi módico, de um e meio por cento, eis que no de trezentos milhões de dólares o juro foi de três e meio ou quatro por cento!

Estão, Sr. Presidente, impulsionados insistentemente certa categoria de indústrias, deixando-as porém na dependência da importação de um elemento essencial para sua elaboração, o que nos mantém presos ao estrangeiro. E como não há dinheiro para importação das necessárias matérias primas, que poderiam — se as coisas fossem bem projetadas, bem iniciadas e bem orientadas — ser encontradas no próprio país, fatalmente qualquer dessas indústrias po-

derá parar, ou terá que para a qualquer instante, porque não dispomos de divisas para comprá-las...

O Sr. Assis Chateaubriand — E atualmente não temos divisas...

O SR. ONOFRE GOMES — ... e também não temos para comprar o petróleo, que produz a energia de grande parte dessas indústrias.

O Sr. Assis Chateaubriand — O Brasil está ameaçado de ficar num estado de paralisia geral.

O SR. ONOFRE GOMES — Ainda ontem o Senador Assis Chateaubriand recordou a esta Casa que, no mês passado, conseguimos vender apenas dez milhões de dólares de café, enquanto a resposta só com o petróleo e seus derivados monta a cerca de vinte e dois milhões mensais.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar os tampanos) — Comunico ao nobre orador que faltam dois minutos para término da hora do expediente.

O SR. ASSIS CHATEAUBRIAND:

(Pela Ordem) — Peço a V. Ex.^a, Senhor Presidente, consulte a Casa sobre se consente na prorrogação regimental do expediente a fim de que o Senado possa ouvir as considerações de alto interesse que vêm sendo feitas pelo nobre Senador Onofre Gomes.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento formulado pelo nobre Senador Assis Chateaubriand.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (Pausa).

Está aprovado. O nobre irador continua com a palavra.

O SR. ONOFRE GOMES:

Sr. Presidente, agradeço ao Senador Assis Chateaubriand, aos demais colegas e à Mesa a atenção que me dispensam. Todavia, vou encerrar minhas considerações.

Sr. Presidente, até este momento não tive sequer o prazer de ver Sua Ex.^a o Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Assis Chateaubriand — E pena, pois se trata de um homem de bem, de larga cultura científica e, ao contrário do que dizem dele os adversários, aqueles que não gostam de suas ideias, um homem de experiência administrativa e de tino de administração. Foi advogado, na minha juventude, de duas companhias dirigidas primorosamente por ele — a Pernambuco Tramways e a Great Western, e posso dizer a V. Excelência que a competência do Sr. Eugênio Gudin, como administrador, é de tal ordem que Sir Follet Holt, que era um dos maiores capitães da indústria na Inglaterra, presidente de 25 companhias situadas no Brasil, na Argentina, na Austrália, África do Sul etc., convidou, há 25 anos, o Sr. Eugênio Gudin para ficar em Londres e assumir o posto que ele ia deixar. Estando em idade avançada, apresentou aquelas companhias a renúncia do cargo. Coube ao jovem brasileiro, de 38 anos de idade, receber o convite, quase único até hoje, para permanecer na City de Londres presidindo vinte e tantas organizações de Sir Follet Holt. Essa é, antes de tudo, uma demonstração da alta competência e do tino administrativo do Senhor Eugênio Gudin. Quanto ao seu

patriotismo, é coisa tão elementar um homem ser patriota, que nem vale a pena alegar.

O SR. ONOFRE GOMES — Depois do aparte de V. Ex.^a, não me assiste, nem a ninguém, o direito de desconfiar da competência administrativa do Sr. Ministro da Fazenda.

O Sr. Assis Chateaubriand — E homem de grande competência. Está certo de que um homem de bem como V. Ex.^a aceitará essa minha afirmativa.

O SR. ONOFRE GOMES — Quanto a sua probidade, não externei expressão alguma a que pudesse ser atribuída qualquer desconfiança de minha parte.

O Sr. Novaes Filho — V. Excelência permite um aparte?

O SR. ONOFRE GOMES — Com todo prazer.

O Sr. Novaes Filho — Secundando os conceitos do nobre Senador Assis Chateaubriand, desejo dar meu depoimento de representante pernambucano de que o Sr. Eugênio Gudin deixou na minha terra a nobre e elevada tradição de ser brilhante, competente e íntegro.

SR. ONOFRE GOMES — Agradeço igualmente o aparte de Vossa Ex.^a tão bem fundamentado.

Em consequência dos dois apartes e da argumentação que desenvolvi, desejo que S. Ex.^a o Sr. Ministro da Fazenda não atribua outros intuitos às minhas palavras senão o de, com a franqueza talvez rude que se está tornando necessário falar no Brasil, fazer chegar ao conhecimento de Sua Ex.^a as predisposições da opinião pública na formulação do conceito sobre o que se poderá esperar da sua gestão. Administração recém-iniciada, minhas palavras e os apartes que as reforçaram, abrem a S. Ex.^a a oportunidade de, atender ao tópico do "Correio da Manhã" pela maneira que julgar mais conveniente, S. Ex.^a deve trazer ao conhecimento da opinião pública qual a verdadeira situação financeira e econômica encontrada, e bem assumi, as medidas já programadas, tendo em vista, senão corrigi-la, minorá-la. Quanto a auxiliares e assessores, segundo os apartes dos nobres Senadores Assis Chateaubriand e Novaes Filho, S. Ex.^a poderá dispensá-los, por ser ele mesmo um especialista no assunto. Se pretende Sua Ex.^a entregar a gestão dos diferentes setores a auxiliares de confiança, o faça a homens experientes, de maneira a que, no termo do exercício da função de Ministro da Fazenda, não venha declarar à Nação que não teve colaboradores? Está Sua Ex.^a com a face e o queixo na mão; a opinião pública, através da imprensa, o está convidando, a esclarecer a situação. Não é, pois, compreensível abandone S. Ex.^a tal oportunidade, e não a aproveite para demonstrar ao país, ao lado de sua competência, os firmes propósitos de que está possuído de, pelo menos, procurar atenuar a grave e desastrosa conjuntura, que não só S. Ex.^a enfrenta, mas toda a Nação, que vem suportando o onus dos desacertos até hoje praticados. (Muito bem. Muito bem. Palmas).

SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 45, DE 18 DE

OUTUBRO DE 1954

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Redator Revisor, padrão "O", Caio César de Menezes Pinheiro, das funções que vinha exercendo no Gabinete do Líder da Maioria para a Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares.

Em 18 de outubro de 1954. — Lutz Nabuco, Diretor Geral.